

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO



LEI N.º 690

DE 06 DE JULHO DE 1998.

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA  
O EXERCÍCIO DE 1999 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no desempenho de suas atribuições legais,

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento do Município de Ouro Preto do Oeste, relativo ao exercício de 1999, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - orientação à elaboração da lei orçamentária e suas alterações;
- III - diretrizes das receitas;
- IV - diretrizes das despesas.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

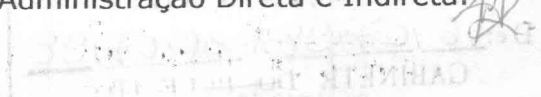
Art. 2º - Em consonância com o Plano Plurianual para o período de 1998 a 2001 o Anexo desta Lei estabelece as prioridades e as metas para o exercício de 1999.

§ 1º - As prioridades e as metas constantes do Anexo desta Lei terão precedência na alocação de recursos no orçamento para o exercício de 1999, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º - Poderá ser incluído na proposta orçamentária, se necessário, programas não elencados no Anexo desta Lei, desde que financiados com recursos de outras esferas do Governo.

**CAPÍTULO II**  
**DA ORIENTAÇÃO A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
E SUAS ALTERAÇÕES**

Art. 3º - O Orçamento anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO



Art. 4º - As classificações de Receita e Despesa e os Demonstrativos e Anexos a Lei Orçamentária atenderão as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - A proposta Orçamentária para o exercício de 1999, compreenderá:

- I. Texto da lei;
- II. Mensagem;
- III. Demonstrativos e Anexos a que se refere o artigo 4º da presente Lei;
- IV. Relação dos Projetos e Atividades.

Art. 6º - A Lei Orçamentária Anual autorizará o Poder Executivo, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais de natureza suplementar.

Art. 7º - É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 1999 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - As entidades beneficiadas nos termos deste artigo, prestarão contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício financeiro.

§ 4º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não cumprirem as exigências do parágrafo anterior, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 8º - O Orçamento anual de cada exercício financeiro obedecerá a estrutura organizacional da Prefeitura, aprovada pela Lei Municipal nº 461 de 03 de setembro de 1993, e compreenderá todos os órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacionais.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Planejamento caberá a elaboração dos orçamentos que trata a presente Lei.

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO III**  
**Das Diretrizes das Receitas**



Art. 10 - Constituem a receita do município aquelas provenientes de:

- I. dos tributos de sua competência;
- II. de atividades econômica que por conveniência possa vir a executar;
- III. de transferências por força de mandamento constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais ou internacionais;
- IV. de empréstimos e financiamentos com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;
- V. de empréstimos tomados para antecipação da receita de algum serviço mantido pela Administração Municipal, mediante prévia autorização Legislativa.

Art. 11 - As estimativas da receita considerarão:

- I. os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II. a carga de trabalho estimado para o serviço, quando este for remunerado;
- III. os fatores que influenciam as arrecadações e da contribuição de melhoria;
- IV. as alterações na legislação tributária.

Art. 12 - A Lei Orçamentária anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, cuja liquidação dar-se-á obrigatoriamente até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício.

Art. 13 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos da sua competência, inclusive o da Contribuição de Melhoria.

§ 1º - O cálculo para lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Melhoria obedecerá a critérios estabelecidos em Lei.

§ 2º - A Administração do Município disporá esforços no sentido de diminuir o volume da dívida inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 14 - O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua Legislação Tributária, quando se fizer necessário.

§ 1º - A revisão e atualização de que trata o presente artigo, compreenderá também a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade.

§ 2º - Esforços mencionados no parágrafo anterior, se estenderão à administração da dívida ativa.

Art. 15 - As receitas oriundas de atividades econômicas exercida pelo Município, terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividade.

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO IV**  
**Das Diretrizes da Despesa**

Art. 16 - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se entretanto:

- I. a carga de trabalho estimada para o exercício, para o qual se elabora o orçamento;
- II. os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;
- III. a receita do serviço, quando este for remunerado;
- IV. que os gastos de pessoal localizado no serviço, serão projetados com base na política salarial vigente adotada pelo Governo Municipal.

Art. 17 - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 18 - Os projetos em fase de execução, desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 19 - No exercício financeiro de 1999, as despesas com pessoal, ativo e inativo, da Administração Direta e Indireta observarão o limite estabelecido na Lei Complementar n.º 82, de 27 de março de 1995.

§ 1º - Entende-se como receitas correntes para efeitos de limite do presente artigo, o somatório das receitas correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as oriundas de operações de crédito, de alienações, de bens de capital e de convênios, exceto aquelas que cobrem despesas com pessoal.

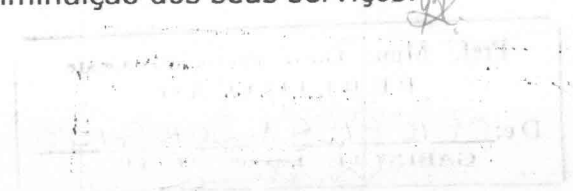
§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que se trata este artigo abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes despesas:

- I. salários em geral;
- II. diárias;
- III. obrigações patronais;
- IV. proventos de aposentadoria e pensões;
- V. remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito e
- VI. remuneração dos Vereadores.

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração na estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pela Administração Direta ou Indireta, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, observando o disposto no art. 169 da Constituição Federal.

§ 4º - O pagamento dos salários de pessoal e encargos terão prioridade sobre ações de expansão.

Art. 20 - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas até o limite fixado para o exercício em curso, corrigidas monetariamente, levando em consideração principalmente o aumento ou a diminuição dos seus serviços.



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO



Art. 21 - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, na área de Educação, com prioridade para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, observado o disposto no art. 61 e seus parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como na Lei n.º 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Art. 22 - O Orçamento do Município e das suas Autarquias e Fundações, abrigarão obrigatoriamente:

- I. recursos destinados ao pagamento dos serviços de Dívida Municipal;
- II. recursos destinados ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos, da Constituição da República.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o limite do término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo seu Presidente até que seja o Projeto aprovado.

Parágrafo Único - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja aprovado até 31/12/98, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer Projeto novo.

Art. 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
**CARLOS MAGNO RAMOS**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO



**ANEXO I**

Página 1/5

O Município executará como prioridades as seguintes ações no Orçamento Anual de 1999.

**I - PODER LEGISLATIVO**

a) Manutenção das atividades da Câmara Municipal, através da aquisição e manutenção de materiais de consumo, equipamentos e material permanente, necessários à atender a dinâmica das ações desempenhadas em prol da coletividade;

**II - PODER EXECUTIVO**

**a) EDUCAÇÃO**

a . 1 - Capacitação e aperfeiçoamento do quadro docente através de cursos, seminários e encontros pedagógicos para professores, orientadores educacionais, supervisores pedagógicos, diretores e secretários gerais;

a . 2 - Construção, ampliação, reforma e aparelhamento das unidades escolares municipais, necessárias à cobertura do "déficit" educacional;

a . 3 - Programas de Ensino Especial;

a . 4 - Manutenção do programa de alfabetização popular;

a . 5 - Convênios com entidades educacionais;

a . 6 - Manutenção do sistema de educação;

a . 7 - Implementação do programa de merenda escolar a todos os níveis da rede municipal de ensino;

a . 8 - Construção, ampliação e reforma de unidades de educação infantil;

a . 9 - Criação de escolas pólos;

a.10 - Programa de transporte escolar do ensino fundamental;

a.11 - Convênio para transporte de alunos do curso secundário.





ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO

Página 2/5

**b) SAÚDE**

- b . 1 - Capacitação e reciclagem dos recursos humanos do setor Saúde;
- b . 2 - Prover os Postos e Centros de Saúde com equipamentos necessários a execução das ações primárias de saúde;
- b . 3 - Melhorar o padrão de serviços dentro da área de saúde;
- b . 4 - Implementação das ações administrativas do Conselho Municipal de Saúde;
- b . 5 - Programa de Vigilância Sanitária;
- b . 6 - Implementação do programa de alimentação alternativa;
- b . 7 - Criação, construção e equipamentação de Postos e Centros de Saúde e Hospitais necessários para as execuções básicas de saúde;
- b . 8 - Reforma das unidades de atendimento a saúde;
- b . 9 - Aquisição de ambulâncias e veículos para atender as unidades de saúde, sede e Distrito de Rondominas;
- b . 10 - Programa de passagens para transporte de saúde fora do Município.

**c) ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

- c . 1 - Manutenção das atividades das diversas unidades administrativas, através da aquisição e manutenção de materiais de consumo, equipamentos e material permanente, necessários à atender a dinâmica das ações desempenhadas em prol da coletividade;
- c . 2 - Dinamizar a máquina administrativa a fim de prestar um bom atendimento aos munícipes;
- c . 3 - Incrementar a máquina fazendária com o objetivo de aumentar a arrecadação;
- c . 4 - Regularização de lotes urbanos edificados ou não;
- c . 5 - Continuidade do processo de informatização da Prefeitura de Ouro Preto do Oeste;
- c . 6 - Elaborar e encaminhar ao Governo Estadual e à União, projetos solicitando recursos para execução de obras de infra-estrutura;
- c . 7 - Treinamento e reciclagem de pessoal;
- c . 8 - Promover a expansão urbana e melhores condições de moradia;
- c . 9 - Elaborar o Plano Diretor;
- c . 10 - Regularização de lotes urbanos no Distrito de Rondominas.

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO

Página 3/5

**d) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

- d . 1 - Manutenção e ampliação da rede de estradas vicinais, com o objetivo de incentivar e escoar a produção bem como facilitar o transporte no meio rural;
- d . 2 - Incentivar a expansão e instalação de novas indústrias no Município;
- d . 3 - Incentivar a pequena indústria através de cursos de profissionalização;
- d . 4 - Promover a expansão da rede de energia elétrica;
- d . 5 - Desenvolvimento do Parque Industrial;
- d . 6 - Implantação da rede de eletrificação rural (MRT);
- d . 7 - Promover a expansão da rede elétrica de baixa tensão no Distrito de Rondominas.

**e) TRANSPORTE**

- e . 1 - Pavimentação com asfalto ou bloquetes de vias urbanas, calçamento e meio-fio;
- e . 2 - Manutenção de vias urbanas;
- e . 3 - Melhoria do sistema viário;
- e . 4 - Programa de sinalização de ruas e avenidas;
- e . 5 - Aquisição, se necessário, de novos equipamentos rodoviários para atender o programa de recuperação de vias urbanas e estradas vicinais;
- e . 6 - Construção de pontes e pontilhões.

**f) SANEAMENTO**

- f . 1 - Fomentar a ampliação da rede de água e de esgoto sanitário;
- f . 2 - Canalização de Igarapés.

**g) AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE**

- g . 1 - Arborização das ruas e logradouros públicos;
- g . 2 - Plano de educação ambiental;
- g . 3 - Programa de incentivo a produção;



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO

Página 4/5

- g . 4 - Programa de criação de pequenos animais;
- g . 5 - Programa de horta municipal e hortas comunitárias;
- g . 6 - Programa de recuperação de áreas de igarapés;
- g . 7 - Programa de recuperação de áreas degradadas e capoeira;
- g . 8 - Criação, construção e equipamentação da Feira do Produtor;
- g . 9 - Construção de tanques e incentivo a piscicultura ao produtor rural.

**h) SERVIÇOS PÚBLICOS**

- h . 1 - Programa de manutenção, melhoria e expansão do serviço de iluminação pública;
- h . 2 - Manutenção, ampliação e melhoria da limpeza pública;
- h . 3 - Manutenção de praças, parques, bosques e jardins;
- h . 4 - Construção de banheiros públicos nas praças e parques;
- h . 5 - Programa de manutenção de próprios municipais.

**i) LAZER**

- i . 1 - Construção e reforma de praças e locais de lazer.

**j) DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

- j . 1 - Manutenção e desenvolvimento das creches;
- j . 2 - Assistência a criança e ao adolescente;
- j . 3 - Programa de atendimento à terceira idade;
- j . 4 - Programa de iniciação profissional;
- j . 5 - Manutenção do abrigo;
- j . 6 - Construção, ampliação e aparelhamento das creches municipais;
- j . 7 - Programa de incentivo a formação universitária;
- j . 8 - Programa de transporte escolar, para fins de incentivo ao magistério.

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
GABINETE DO PREFEITO



**III - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - IPAM-OPO**

Página 5/5

**I) ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA**

- I . 1 - Capacitação e reciclagem de recursos humanos;
- I . 2 - Manutenção e funcionamento do Instituto;
- I . 3 - Aquisição de veículos;
- I . 4 - Informatização do Instituto;
- I . 5 - Manter e conveniar com novos Hospitais, Clínicas, Laboratórios, Odontólogos e Oftalmologista;
- I . 6 - Criar e manter os serviços prestados pelo IPAM;
- I . 7 - Manter e conveniar com novos hospitais que prestam serviços neurológicos.

**IV - FUNDAÇÃO CULTURAL**

**m) DESPORTO**

- m . 1 - Programa de apoio e incentivo ao desporto;
- m . 2 - Programa de construção de quadras desportivas;
- m . 3 - Programa de desenvolvimento do desporto amador.
- m . 4 - Programa de construção de quadras desportivas no Distrito de Rondoninas.

**n) CULTURA E TURISMO**

- n . 1 - Programa de apoio e incentivo cultural;
- n . 2 - Programa de difusão cultural;
- n . 3 - Implantação e coordenação do turismo municipal;
- n . 4 - Criação, construção e equipamentação da Casa da Cultura.



AO EXMº SR. PRESIDENTE:



Segue o presente processo montado nesta seção  
através dos documentos em anexo

Em, 08-07-98

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
Delegado Jesus dos Santos  
Seção Protocolo  
Port. 032/GP/CMOPO/RO/97

A DIVISÃO LEGISLATIVA,

SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA SER CONFERIDO  
COM O PROJETO DE LEI.

EM, 09.07.98.

*João Nogueira do Nascimento*  
JOÃO NOGUEIRA DO NASCIMENTO  
VEREADOR = PTB  
PRESIDENTE / CMOPO

*AO Arquivo Geral;  
Segue o presente processo  
para ser Arquivado.*

*BM, 10-07-98*

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
*Rubens José Vittorazi*  
Dir Div Legislativa  
Port 050/GP/CMOPO/9